

## **Forças Armadas e legalidade: o contra-golpe de 1955**

Karla Guilherme Carloni

Com o fim do governo militar e o processo de redemocratização política, iniciado em 1985, a imagem que passou a identificar as Forças Armadas brasileiras, principalmente o Exército, foi a do “militar gorila”, como afirma o general Leônidas Pires Gonçalves, uma liderança importante nos desdobramentos do regime militar: “Exército de matadores, torturadores”<sup>i</sup>. Na sociedade civil a imagem negativa cristalizou-se criando grande ressentimento dos militares. “O patrulhamento contra nós subiste até hoje e vem de todos os lados. A gente não consegue ver uma notícia positiva sobre as Forças Armadas em nenhum órgão da imprensa. São sempre negativas, querendo neutralizar a atuação dos militares”, afirma o general<sup>ii</sup>.

O destaque da imagem do militar como golpista e truculento pode ser apontado como resultante das conseqüências sociais brutais do golpe militar de 1964, quando o estado de direito foi banido em nome da utopia autoritária. Mas esta representação pejorativa não teve a sua origem no período do governo de exceção de 1964 ou da redemocratização pós 1985.

Se como resposta a ditadura de 1964 e suas conseqüências sociais e políticas, referências aos militares como “gorilas” foram potencializadas e generalizadas pela sociedade civil, essas foram, inicialmente engendradas dentro das próprias Forças Armadas. É na década de 1950 que podem ser encontrados os indícios da construção de uma identidade negativa dos militares, associando-os a imagens referentes a “inimigos do trabalhador” e “entreguistas”.

No campo político-ideológico a década de 1950 foi marcada pela disputa de projetos de desenvolvimento nacional. De um lado, havia um grupo que congregava principalmente getulistas, trabalhistas e comunistas, que se identificava pela defesa de uma política econômica marcada por tendências nacionalistas (nacional-desenvolvimentismo); de outro lado, o grupo partidário do liberalismo político e econômico e da proposta de alinhamento do

Brasil aos Estados Unidos. O embate envolveu grande parte dos segmentos sociais, inclusive as Forças Armadas, que a partir da década de 1930 havia conquistado importante espaço na política nacional.

No ano de 1955, durante a primeira eleição presidencial após o suicídio de Vargas, o debate sobre os caminhos a serem traçados pela nação ganhou vigor. A vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart, representantes respectivamente da coligação PSD e PTB – identificada com a tradição getulista e com o nacional-desenvolvimentismo – teve como resposta a radicalização de seus opositores, principalmente os udenistas. A UDN congregava grupos civis e militares que repudiavam o legado do presidente morto e seus integrantes mobilizaram-se em uma campanha pela ilegitimidade das eleições, tendo a sua ala mais radical, liderada pelo jornalista e deputado Carlos Lacerda, encampado a idéia de rompimento institucional através de golpe militar.

Nas Forças Armadas duas facções encontravam-se em disputa: os que apoiavam a medida interventora dos militares na política, em sua maioria oficiais de alta patente, principalmente da Marinha e da Aeronáutica, pertencentes à Cruzada Democrática; e os defensores da legalidade constitucional, oficiais do Exército e praças das três forças, em parte concentrados no Movimento Militar Constitucionalista (MMC).

Foi sob a liderança do general Henrique Teixeira Duffles Lott, ministro da Guerra, que a facção militar, identificada com as teses que aludiam a soberania nacional, a democracia e a legalidade saiu vitoriosa da disputa. O “Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”<sup>iii</sup>, em 11 de novembro de 1955, que ficou conhecido negativamente por “Novembrada”, denominação possivelmente atribuída pelos udenistas golpistas, impediu a tentativa de golpe desencadeada por militares e políticos conservadores e pelo próprio presidente da República, Carlos Luz, substituto de Café Filho que se encontrava hospitalizado.

A cidade do Rio de Janeiro viveu dias de tensão. Desfile de tanques, blindados, jipes e tropas pelas ruas da capital assustaram os civis e deixaram a população em apreensão. Os moradores de Copacabana assistiram com temor os tiros de canhões disparados dos fortes

Copacabana e Leme, em direção a dois cruzadores da Marinha brasileira que tentavam sair da Baía de Guanabara. O navio Almirante Tamandaré, um dos maiores e mais poderosos navios da Armada brasileira, levava a bordo, junto a outros militares e civis, o próprio presidente da República em exercício. Tentavam rumar para a cidade de Santos (SP) para instaurar em São Paulo, com o apoio do então governador daquele Estado, Jânio Quadros, um governo de resistência ao movimento liderado pelo general Lott. Tal pretensão foi impedida pela união das forças do I Exército, com sede no Rio de Janeiro, e do II Exército, com sede em São Paulo, sob os comandos dos generais Odílio Denys e Olímpio Falconière da Cunha.

Lott e os oficiais do Movimento 11 de Novembro asseguraram a manutenção da hierarquia militar e, principalmente, a defesa da legalidade constitucional, indicando de comum acordo com os parlamentares do PSD e PTB, o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, para substituir o presidente em exercício, garantindo assim a posse, em 31 de janeiro de 1956, de Kubitscheck e Goulart.

Além de seu significado político imediato – a manutenção da legalidade – o contra-golpe ou golpe preventivo de novembro de 1955, foi importante marco na aproximação entre militares e partidos políticos comprometidos com os ideais reformistas do nacional-desenvolvimentismo. Trabalhadores, sindicalistas, pessedistas, petebistas, militares e comunistas, dentre outras parcelas da população, manifestaram seu apoio e exaltação à figura do general e à facção legalista das Forças Armadas. Surgia a imagem do general Lott como expoente da democracia e da soberania nacional. O Ministro da Guerra serviu como elo de ligação entre os grupos militares e os setores civis, que não se identificavam com a quebra da legalidade constitucional e com a política econômica liberal.

Em março de 1956 foi criada a Frente de Novembro – símbolo da união entre civis e militares. A organização tinha por objetivo representar as reivindicações dos setores legalistas e nacionalistas, envolvidos no 11 de novembro de 1955, e conclamava a união entre trabalhadores e militares. O general Lott despontou como figura central do movimento – sua figura agregava símbolos que remetiam a idéia de soberania nacional e justiça social.

A organização tinha como principal líder o coronel Nemo Canabarro Lucas, detentor de significativa trajetória em movimentos ligados a esquerda, e seu presidente de honra era o não menos polêmico ex-ministro do Trabalho de Vargas e agora vice-presidente, Jango. Apesar da organização ter tido curto tempo de vida, de março de 1956 a novembro deste mesmo ano, ela evidenciou a multiplicidade de militares e civis identificados com a democracia e as idéias de reformas sociais e econômicas.

Além da aproximação entre setores civis e militares o Movimento 11 de Novembro cindiu radicalmente as Forças Armadas. Oficiais das três forças passaram a manifestar ostensivamente suas hostilidades, colocando em risco a manutenção da hierarquia militar. Em oposição às normas militares e à ideologia do general Góis Monteiro, criada durante o Estado Novo, fazia-se política dentro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Iniciava-se publicamente a construção de uma auto-imagem positiva do grupo legalista em detrimento de uma imagem negativa do grupo que defendeu a suspensão da legalidade democrática.

Os militares que se alinharam a Lott e a Frente de Novembro se auto-denominavam representantes do “Exército democrático” composto pelo “soldado trabalhador”, em contraposição ao Exército dos “gorilas” e “entreguistas”. Na mentalidade destes militares estava estabelecida a luta entre o “bom” e o “mau” soldado.

Em novembro de 1956, alguns dias após a uma homenagem prestada ao general Lott, que reuniu cerca de quinze mil pessoas em frente ao ministério da Guerra, e na qual lhe foi entregue uma espada de ouro por conta do aniversário de um ano do Movimento 11 de Novembro, o coronel Nemo Canabarro Lucas declarou a imprensa que o Exército estava dividido em dois grupos:

“Um democrata e nacionalista, expresso nas forças vitoriosas do 11 de Novembro, e outro conservador e reacionário. [Que] o conflito só terminaria com o ‘aniquilamento do inimigo’, e cabia aos democratas armar os trabalhadores contra as forças da reação”<sup>iv</sup>.

A clivagem de duas grandes facções dentro das Forças Armadas e o embate entre elas perdurou até o golpe militar de 1964, onde a união dos militares nacionalistas com os partidos políticos orientados pelo nacional-desenvolvimentismo foi estrangulada. Com o

golpe foram silenciados ou expurgados os militares da Frente de Novembro e apagada a sua auto-imagem, que ligava a figura do trabalhador, do nacionalismo, da democracia e da legalidade ao Exército e as Forças Armadas.

A tipologia elaborada por José Murilo de Carvalho, “nacionalistas de esquerda” para identificar o grupo de oficiais ligado ao Movimento 11 de Novembro, serviu como ponto de partida para as reflexões. Para o autor o grupo além de ser nacionalista não aderiu ao anticomunismo, podendo mesmo conter comunistas ou simpatizantes<sup>v</sup>. Seguindo esta interpretação, um dos personagens centrais da trama histórica, o general Lott, militar reconhecidamente apolítico e anticomunista, choca-se com a própria identidade do grupo que ele liderou. Este aparente paradoxo suscitou questionamentos que puderam ser esclarecidos a partir de uma análise mais acurada do grupo militar envolvido no Movimento 11 de Novembro.

A partir da pesquisa realizada foram evidenciados múltiplas identidades e interesses naqueles que se uniram para realizar o contra-golpe de 1955. A adesão da maior parte do oficialato do Exército em torno de seu ministro neste momento crítico da história político-militar nacional colocou em destaque um grupo ligado aos ideais de democracia e nacionalismo, mas não eliminou as diferenças ideológicas. Pode-se perceber que o motivador da aliança que se efetuou entre grupos que aturam ao lado do general Lott foi muito mais a emergência do momento – evitar um golpe civil-militar liderado por oficiais e civis ligados a UDN – do que a formação de uma identidade comum.

Neste sentido a noção de partido militar elaborada por Rouquié<sup>vi</sup> propõe uma análise das Forças Armadas não como um todo coeso, mas como um campo de disputa que, tal como a sociedade civil apresenta fissuras e grupos opostos. Complementando este conceito Peixoto<sup>vii</sup> elabora a noção de interação entre meio militar e sociedade civil, onde há uma relação historicamente dada de intercâmbio entre os dois lados. As Forças Armadas mantêm a autonomia de suas decisões dentro do quadro político nacional, porém a todo momento está sendo informada por signos da sociedade civil, os apropriando e os resignificando. Desta forma são estabelecidas convergências ou divergências entre militares

e sociedade civil de acordo não só com o momento histórico vivido pela sociedade como um todo, mas também de acordo com as especificidades institucionais e organizacionais das Forças Armadas.

A memória social sobre os militares que na década de 1950 engrossaram as fileiras dos grupos e partidos que lutaram por reformas políticas e sociais com a finalidade de garantir a soberania nacional e maior igualdade social, sofreu um duplo processo de esquecimento. Foi renegada pelos militares que em 1964 subiram ao poder e foi sobreposta pela trágica memória que a ditadura deixou como um dos seus legados. Particularmente o contra-golpe de 1955 ficou sufocado por dois momentos consagrados pela historiografia nacional: a Era Vargas e seu trágico desfecho e o Golpe de 1964. Poucas são as obras que se dedicaram ao tema, na maioria das vezes o assunto consta como subitem ou capítulo em obras mais gerais.

Por fim, resgatar a imagem destes militares que se opuseram a uma tentativa de rompimento institucional protagonizada por outros oficiais das Forças Armadas, quase que uma década antes do golpe que inaugurou a ditadura militar, se justifica pela necessidade de uma visão mais criteriosa do Exército antes de 1964, através do resgate da multiplicidade de identidades presente nos “vencidos” pelo regime de exceção. A variedade de identidades e projetos deve ser considerada a fim de não se produzir uma história dicotômica, que se limita a criar pares de opostos e acaba por impedir um olhar mais rico e refinado sobre o processo histórico e suas possibilidades.

---

<sup>i</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina [et. al]. (org.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 128.

<sup>ii</sup> Idem. p.176.

<sup>iii</sup> Exposição dos ministros militares ao presidente Nereu Ramos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1955. A data original do documento é de 14 de novembro de 1955.

<sup>iv</sup> *Revista Manchete* de 17 de novembro de 1956.

<sup>v</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares”. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. P. 343.

<sup>vi</sup> Ver: ROUQUIÉ, Alain. “Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. RJ: Record, 1980.

<sup>vii</sup> Ver: PEIXOTO, Antônio Carlos. “Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. RJ: Record, 1980.